

Enel Green Power Paranapanema S.A.

CNPJ: 23.842.003/0001-78

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Parapanema S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Enel Green Power Paranapanema S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Paranapanema S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-012563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.277	9.610
Contas a receber de clientes	5	3.367	4.741
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	67
Outros tributos compensáveis		59	53
Créditos com partes relacionadas	6	2.599	3.116
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	7	5.808	5.447
Outros créditos		700	612
Total do ativo circulante		<u>13.810</u>	<u>23.646</u>
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios		10	10
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	7	138.916	131.185
Imobilizado	8	95.488	35.573
Intangível		915	1.485
Total do ativo não circulante		<u>235.329</u>	<u>168.253</u>
Total do ativo		<u>249.139</u>	<u>191.899</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		3.600	2.200
Folha de pagamento		508	322
Imposto de renda e contribuição social a pagar		429	521
Outras obrigações fiscais		458	436
Débitos com partes relacionadas	6	17.655	10.261
Dividendos a pagar		12.762	7.130
Taxas regulamentares		503	1.111
Outras obrigações		451	35
Total do passivo circulante		<u>36.366</u>	<u>22.016</u>
Não circulante			
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	9	<u>594</u>	<u>3</u>
Total do passivo não circulante		<u>594</u>	<u>3</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	10	147.568	123.350
Reservas de lucros		64.611	46.530
Total do patrimônio líquido		<u>212.179</u>	<u>169.880</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>249.139</u>	<u>191.899</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	11	52.060	37.149
Custo do serviço	12	(24.658)	(5.868)
Lucro bruto		<u>27.402</u>	<u>31.281</u>
Despesas operacionais	12		
Despesas gerais e administrativas		(921)	(579)
Provisão para devedores duvidosos		(5)	-
Total das despesas operacionais		<u>(926)</u>	<u>(579)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		26.476	30.702
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		245	650
Despesas financeiras		(1.075)	(116)
		<u>(830)</u>	<u>534</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		25.646	31.236
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14	(1.933)	(1.592)
Lucro líquido do exercício		<u>23.713</u>	<u>29.644</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	23.713	29.644
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>23.713</u>	<u>29.644</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	123.350	-	3.060	29.607	-	156.017
Deliberação de dividendos adicionais	-	-	-	(8.740)	-	(8.740)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.644	29.644
Destinação de resultado						
Reserva legal	-	-	1.482	-	(1.482)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.041)	(7.041)
Reserva estatutária	-	-	-	21.121	(21.121)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	123.350	-	4.542	41.988	-	169.880
Aumento de capital	39.218	(15.000)	-	-	-	24.218
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.713	23.713
Destinação de resultado						
Reserva legal	-	-	1.186	-	(1.186)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.632)	(5.632)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	16.895	(16.895)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	162.568	(15.000)	5.728	58.883	-	212.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	23.713	29.644
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	5	55
Provisão para processos judiciais e outros	591	-
Depreciação e amortização	1.255	9
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	(13.795)	(6.603)
Repactuação do GSF	(239)	(1.278)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.933	-
	<u>13.463</u>	<u>21.827</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	1.369	(2.708)
Créditos com partes relacionadas	517	159
Contas a receber vinculadas à concessão	5.703	5.296
Tributos a compensar	61	12
Outros créditos	(88)	327
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.400	(8.902)
Folha de pagamento	186	(112)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(60)	287
Débitos com partes relacionadas	7.394	8.468
Taxas regulamentares	(608)	291
Outras obrigações	416	4
	<u>29.753</u>	<u>24.949</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.943)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>27.810</u>	<u>24.949</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(60.361)	(16.409)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(60.361)</u>	<u>(16.409)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	24.218	-
Dividendos pagos	-	(15.695)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	<u>24.218</u>	<u>(15.695)</u>
Varição no caixa líquido da Companhia	<u>(8.333)</u>	<u>(7.155)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9.610	16.765
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.277</u>	<u>9.610</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Paranapanema S.A. (“Companhia”) foi constituída 14 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica, o que ocorreu em 2016.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 31,5 MW da UHE Paranapanema, cujo termo final da concessão está previsto para 5 de janeiro de 2036, e está contemplada no Contrato de Concessão de Geração nº 05/2016, com vigência até 30 de dezembro de 2045, em regime alocação de cotas de garantia física e potência.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Políticas contábeis

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de

principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

3.5. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 8. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6. Ativo intangível

O ativo intangível corresponde ao direito de exploração de concessões é em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos

fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.7. Provisões

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.8. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.9. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC

3.11. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não

financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: provisão para desmantelamento e provisão para processos judiciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	727	8.361
Aplicações financeiras		
CDB - Certificado de depósito bancário (a)	<u>550</u>	<u>1.249</u>
Total aplicações financeiras	<u>550</u>	<u>1.249</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.277</u>	<u>9.610</u>

- (a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Contas a receber de clientes

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Energia Elétrica de curto Prazo - CCEE	436	87	429	952	2.666
Suprimento de Energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	2.421	1	71	2.493	2.148
Total	<u>2.857</u>	<u>88</u>	<u>500</u>	<u>3.445</u>	<u>4.814</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(78)	(78)	(73)
	<u>2.857</u>	<u>88</u>	<u>422</u>	<u>3.367</u>	<u>4.741</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa existente em 31 de dezembro de 2021 corresponde ao saldo com alguns agentes desligados do MRE no exercício de 2019.

Movimentação de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa para incobráveis / reversão</u>	<u>31/12/2021</u>
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(73)	(7)	2	(78)
	<u>(73)</u>	<u>(7)</u>	<u>2</u>	<u>(78)</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa para incobráveis / reversão</u>	<u>31/12/2020</u>
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(67)	(55)	49	(73)
	<u>(67)</u>	<u>(55)</u>	<u>49</u>	<u>(73)</u>

6. Transações com partes relacionadas

Conforme detalhado na nota explicava nº 15, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. ("EGP Brasil" ou "antiga controladora") pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020		
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)
Compartilhamento das despesas comuns do grupo / transferência de custos	Enelpower do Brasil Ltda	-	-	-	-	1	-
	Primavera Energia S.A	-	-	-	80	-	-
Compra e venda de energia	Enel Green Power Cristal Eólica S.A	-	-	-	1	-	-
	Enel Distribuição Ceará (Coelce)	97	-	1.057	84	-	955
	Enel Green Power Fazenda	-	-	877	229	-	626
	Enel Distribuição Rio (Ampla)	-	-	-	80	-	910
	Enel Distribuição São Paulo (Eletropaulo)	321	-	3.591	309	-	3.419
	Central Geradora Temelétrica Fortaleza - CGTF	-	-	-	-	-	944
	Enel Green Power Cachoeira Dourada - CDSA	164	920	(5.476)	164	-	-
	Enel Green Power Cabeça Boi S.A	-	112	1.095	291	112	851
	Enel Green Power Mourão S.A	12	540	(3.546)	11	3	-
	Enel Green Power Salto Apiacas S.A	630	610	1.407	1.022	83	1.076
	Ampla Energia E Servicos S.A.	85	-	956	-	-	-
	Enel Green Power Morro do Chapéu I Eolica S.A.	64	-	753	-	-	-
	Enel Green Power Morro do Chapéu II Eolica S.A.	60	-	702	-	-	-
	Celg Distribuicao S.A. Celg D.	108	-	1.208	99	-	1.120
	Enel Trading Brasil	748	-	4.628	-	-	-
	Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A.	33	-	383	-	-	-
	Enel Green Power Sao Goncalo 10 S.A.	33	-	383	-	-	-
	Enel Green Power Sao Goncalo 2 S.A.	33	-	383	-	-	-
	Enel Green Power Sao Goncalo 21 S.A.	32	-	383	-	-	-
	Enel Green Power Sao Goncalo 22 S.A.	32	-	382	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A.	32	-	382	-	-	-	
Enel Green Power Sao Goncalo 4 S.A.	32	-	382	-	-	-	
Enel Green Power Volta Grande	-	-	-	-	-	2	
Mútuo	Enel Brasil S.A	2	13.754	(230)	-	-	-
	Enel Green Power Brasil Participações Ltda	-	-	(751)	697	9.559	(39)
Outras contas a receber / pagar	Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	-	81	-	-	6	-
	Quatiara Energia S.A	81	-	-	22	-	-
	Apiacas Energia S.A	-	180	-	27	176	-
Suporte operacional	Isamu Ikeda Energia S.A	-	321	-	-	321	-
	Enel Green Power Spa GLO	-	1.137	-	-	-	-
		2.599	17.655	8.949	3.116	10.261	9.864

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

7. Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão

A Enel Green Power Paranapanema firmou em 05/01/2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$132.738, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18/09/2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo em 01 de janeiro	136.632	135.325
Amortização	(5.703)	(5.296)
Atualização da bonificação pela outorga	13.795	6.603
Saldo em 31 de dezembro	<u>144.724</u>	<u>136.632</u>
Circulante	5.808	5.447
Não circulante	138.916	131.185

Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Enel Green Power Paranapanema classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como "empréstimos e recebíveis", inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020		31/12/2021			
		Valor líquido	Reclassificação	Adição	Depreciação	Transferência	Valor líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	2.558	-	-	-	2.163	4.721
Máquinas e Equipamentos	30	15.720	(746)	746	-	5.150	20.870
Veículos	15	853	-	-	-	-	853
		19.131	(746)	746	-	7.313	26.444
Depreciação acumulada em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(13)	-	-	(1.064)	-	(1.077)
Veículos		-	-	-	(128)	-	(128)
		(13)	-	-	(1.192)	-	(1.205)
Em curso							
Outros		16.455	-	61.107	-	(7.313)	70.249
		16.455	-	61.107	-	(7.313)	70.249
Total do imobilizado		35.573	(746)	61.853	(1.192)	-	95.488

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida útil / Tempo remanscente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020			
		Valor líquido	Adição	Depreciação	Transferência	Valor líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	2.541	-	-	17	2.558
Máquinas e Equipamentos	30	15.040	-	-	680	15.720
Veículos	15	430	-	-	423	853
		<u>18.011</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.120</u>	<u>19.131</u>
Depreciação acumulada em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias		(4)		(9)	-	(13)
		<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>
Em curso						
Outros		1.166	16.409	-	(1.120)	16.455
		<u>1.166</u>	<u>16.409</u>	<u>-</u>	<u>(1.120)</u>	<u>16.455</u>
Total do imobilizado		<u>19.173</u>	<u>16.409</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>35.573</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para processos judiciais

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u> <u>(reversões)</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	1	13	4	18
Cíveis	2	500	74	576
Total	<u>3</u>	<u>513</u>	<u>78</u>	<u>594</u>

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u> <u>(reversões)</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	1	-	1
Cíveis	1	1	2
Total	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>3</u>

A Companhia possui ações de natureza cíveis e trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas (a)	2.518	2.283
	<u>2.518</u>	<u>2.283</u>

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

10. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$138.350 (R\$123.350 em 2020) divididos em 138.350.100 (123.350.100 em 2020) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	138.350.100	100,00%	-	-
Enel Green Power Participações Ltda.	-	-	123.350.100	100,00%
Total	138.350.100	100,00%	123.350.100	100,00%

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 12.762 (R\$7.041 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	23.713	29.644
(-) Reserva Legal	(1.186)	(1.482)
Lucro líquido a destinar	22.527	28.162
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	5.632	7.041
Reserva estatutária	-	21.121
Dividendos adicional proposto	16.895	-
	-	-

Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas..

11. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Suprimento de energia elétrica	47.357	38.673
Atualização bônus de concessão	13.795	6.603
Total da Receita operacional bruta	<u>61.152</u>	<u>45.276</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS	(397)	(1.358)
PIS	(1.835)	(294)
CFURH	(555)	(681)
P&D	(440)	(352)
Amortização bônus de concessão	(5.703)	(5.296)
Taxa de fiscalização	(162)	(146)
Total de deduções de receita	<u>(9.092)</u>	<u>(8.127)</u>
	<u>52.060</u>	<u>37.149</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Custos e despesas operacionais

	2021				2020		
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Provisão para devedores duvidosos	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(2.552)	157	-	(2.395)	(2.049)	-	(2.049)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(5)	(5)	-	(55)	(55)
Reversão de perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	-	49	49
Provisão de processos judiciais e outros	(778)	-	-	(778)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	(464)	-	(464)
Encaços de uso de rede elétrica	(1.221)	-	-	(1.221)	(1.196)	-	(1.196)
Material	(255)	(62)	-	(317)	(356)	(4)	(360)
Serviços de terceiros	(8.995)	(440)	-	(9.435)	(1.293)	(406)	(1.699)
Serviços de terceiros parte relacionadas (nota 10)	(9.022)	(300)	-	(9.322)	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	(104)	-	-	(104)	(372)	-	(372)
Depreciação e amortização	(1.192)	(63)	-	(1.255)	(9)	-	(9)
Seguros	(349)	-	-	(349)	(110)	-	(110)
Outras despesas	(190)	(213)	-	(403)	(19)	(163)	(182)
	(24.658)	(921)	(5)	(25.584)	(5.868)	(579)	(6.447)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	74	282
Variações monetárias e cambiais ativas	28	-
Outras receitas financeiras	143	368
Total da receitas financeiras	<u>245</u>	<u>650</u>
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(156)	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(40)	-
Impostos sobre operações financeiras	(172)	(9)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(681)	(20)
Outras despesas financeiras	(26)	(87)
Total da despesas financeiras	<u>(1.075)</u>	<u>(116)</u>
	<u>(830)</u>	<u>534</u>

14. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de suprimento de energia elétrica	<u>61.152</u>	<u>45.276</u>
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	4.892	3.622
Rendimento de aplicações financeiras	74	282
Outras receitas	143	368
Total base de cálculo	<u>5.109</u>	<u>4.272</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	(766)	(641)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(487)	(403)
Total do imposto de renda	<u>(1.253)</u>	<u>(1.044)</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	7.338	5.433
Rendimento de aplicações financeiras	74	282
Outras receitas	143	368
Total base de cálculo	<u>7.555</u>	<u>6.083</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	(680)	(548)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.933)</u>	<u>(1.592)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	1.277	1.277	9.610	9.610
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	3.367	3.367	4.741	4.741
Contas a receber vinculada à concessão	Valor justo por meio do resultado	2	144.724	144.724	136.632	136.433
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	2.599	2.599	3.116	3.116
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	3.600	3.600	2.200	2.200
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	17.655	17.655	10.261	10.261
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	12.762	12.762	7.130	7.130

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento dado as suas operações atuais).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	412	493	81	573	161
Total	412	493	81	573	161

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, mesmo havendo a concentração das contas a receber em poucos clientes, em função da reputação destas empresas e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31/12/2021
Dívida financeira	-
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(1.277)
Dívida líquida (a)	(1.277)
Patrimônio líquido (b)	217.843
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	-1%

16. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	223.422	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do Grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Eventos Subsequentes

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2022 a Companhia recebeu aportes de capital da sua controladora Enel Brasil S.A. no montante de R\$ 3.639 e R\$ 3.301, respectivamente.